

## ANEXO

### Serviços de interesse económico geral: Orientações para o relatório a apresentar em conformidade com a Decisão SIEG de 2012 e o Enquadramento SIEG de 2012

As obrigações em matéria de apresentação de relatórios estão estabelecidas no artigo 9.º da Decisão SIEG de 2012:

*Cada Estado-Membro deve apresentar à Comissão, de dois em dois anos, um relatório relativo à aplicação da presente decisão. Os relatórios devem fornecer uma perspetiva pormenorizada da aplicação da presente decisão para as diferentes categorias de serviços referidas no artigo 2.º, n.º 1, incluindo:*

- a) Uma descrição da aplicação da presente decisão aos serviços abrangidos pelo seu âmbito de aplicação, incluindo as atividades a nível interno;*
- b) O montante total de auxílio concedido em conformidade com a presente decisão, com uma repartição dos beneficiários em função do setor económico;*
- c) A indicação, para um determinado tipo de serviço, se a aplicação da presente decisão deu origem a dificuldades ou queixas por parte de terceiros; e*
- d) Quaisquer outras informações referentes à aplicação da presente decisão exigidas pela Comissão e que deverão ser especificadas, em tempo oportuno, antes de o relatório ser apresentado.*

O ponto 62 do Enquadramento SIEG de 2012 estabelece, em princípio, obrigações idênticas de apresentação de relatórios sobre os auxílios concedidos ao abrigo do Enquadramento SIEG de 2012.

Estruturar o relatório do seguinte modo:

#### **1. PANORAMA DAS DESPESAS**

Preencher o seguinte quadro:

<b>Despesas públicas totais com SIEG por base jurídica (em milhões de EUR)</b>		
	2020	2021
<b>Compensação total por serviços de interesse económico geral (1+2)</b>		
1) Compensação total concedida com base na Decisão SIEG	14,82	28,26
2) Compensação total concedida com base no Enquadramento SIEG	0	0

#### **2. DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DA DECISÃO SIEG DE 2012**

Estruturar esta parte do relatório de acordo com as seguintes secções:

- 1) Hospitais que prestam cuidados médicos, incluindo, se for caso disso, serviços de urgência [artigo 2.º, n.º 1, alínea b)]
- 2) Serviços sociais [artigo 2.º, n.º 1, alínea c)]
  - a) Cuidados de saúde e cuidados prolongados
  - b) Cuidados infantis
  - c) Acesso e reintegração no mercado de trabalho
  - d) Habitação social
  - e) Cuidados e inclusão social de grupos vulneráveis
  - f) Outros serviços sociais (se aplicável)
- 3) Ligações aéreas ou marítimas com ilhas com um tráfego médio anual não superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea d)
- 4) **Aeroportos e portos com um tráfego médio anual não superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea e)**

<b><u>Secção 4 Aeroportos e portos com um tráfego médio anual não superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea e)</u></b>
<b>Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro<sup>1</sup></b>
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .
Foram definidos como SIEG os seguintes serviços: a) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais; b) requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias.
Explicar as <b>formas de atribuição</b> (habituais). Anexar os modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, caso existam.
A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas do setor público empresarial conforme abaixo se enuncia.

<sup>1</sup>Se, no seu Estado-Membro, apenas houver um pequeno número de SIEG individuais num determinado setor, apresentar uma descrição pormenorizada desses serviços. **Se, no seu Estado-Membro, houver um grande número de serviços atribuídos num setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições**, embora continue a ser de importância crucial uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais.

## **AEROPORTOS**

### **SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA**

A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores foi atribuída à SATA – Gestão de Aeródromos, SA, mediante Contrato datado de 1 de julho de 2005 e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 102/2005, de 16 de junho, por um período de dez anos, renovável por períodos de 5 anos, até ao limite máximo de 20 anos. Por Acordo de Renovação do Contrato de Concessão, datado de 30 de junho de 2020, foi renovado o contrato por mais um período de 5 anos, até 1 de julho de 2025.

## **PORTOS**

### **PORTOS DOS AÇORES, SA**

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de junho foram criadas as 3 administrações portuárias regionais (APSM - Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A; APTO - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A; e APTG - Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A), as quais, pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, de 22 de agosto, foram incorporadas, por um processo de fusão, na empresa Portos dos Açores, SA.

A Portos dos Açores, SA, é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos que têm como missão a administração dos portos da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Em 2018 foi celebrado, ao abrigo de Resolução do Conselho de Governo, um contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Portos dos Açores, S.A., para a obra de Requalificação do Porto Comercial da Horta.

Em 2019 foram celebrados dois contratos programa para as seguintes obras: projeto para o reforço do manto de proteção do molhe da marina de Vila do Porto e execução da obra de reparação e reposição da cobertura da gare marítima de passageiros de Vila do Porto; serviços de consultadoria, estudos e projetos relacionados com o desenvolvimento do porto da Praia da Vitória e do terminal de passageiros do porto de São Roque do Pico.

Em 2020 foram celebrados seis contratos programa para as seguintes obras: construção da rampa para navios ro-ro e ferry e obras complementares para melhoria da operacionalidade e do abrigo no Porto das Pipas em Angra do Heroísmo; construção do novo terminal de passageiros do porto de São Roque do Pico; dragagem do porto da Calheta de S. Jorge; pequenas obras nos portos atingidos pelo furacão Lorenzo; proteção de emergência ao terraplino portuário e cais a -5 (ZH) do porto das Lajes das Flores, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão Lorenzo; e construção de ponte-cais no porto das Lajes das Flores, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão Lorenzo

Em 2021 foram celebrados dez contratos programa para as seguintes obras: reparação do molhe do porto das Lajes do Pico, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão Lorenzo; reparação dos mantos proteção da cabeça e do molhe, repavimentação da plataforma do cais e reabilitação das infraestruturas do porto comercial de Vila do Porto, no âmbito dos prejuízos decorrentes da passagem do furacão Lorenzo; reparação do molhe de proteção, do muro cortina e das infraestruturas do porto comercial de Ponta Delgada, no âmbito dos prejuízos decorrentes da passagem do furacão Lorenzo: dragagem do porto da Casa e aquisição de um porta-contentores “sideloader” para carga e descarga autónoma no porto da Casa; aquisição de bomba de dragagem para limpeza do fundo do porto velho da Madalena; dragagem do porto das Velas e de S. Roque; construção de um novo edifício de apoio à Marina Norte, no âmbito da requalificação da frente mar da cidade da Horta; levantamento hidrográfico de alta resolução no porto de Vila do Porto, estudos e projetos para construção do núcleo recreio náutico na Calheta, construção da gare marítima no porto da Casa e construção do cais cruzeiros da Praia da Vitória; e requalificação das oficinas, do armazém e do edifício das operações do Porto da Praia da Vitória.

<b>Duração média da atribuição (em anos)</b> e proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos (em %) por setor. Especificar em que setores foram atribuídos SIEG com uma duração superior a 10 anos e explicar a forma como esta duração é justificada?
Os contratos celebrados têm habitualmente as seguintes durações: a) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais: 10 anos, com possibilidade de renovação por períodos de 5 anos, até ao limite máximo de 20 anos; b) requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias: 1 a 8 anos.
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.
Sim. Concretamente, o direito de administrar as infraestruturas legal ou contratualmente confiadas.
Quais os <b>instrumentos de auxílio</b> utilizados (subvenções diretas, garantias, etc.)?
Subvenção direta.
<b>Mecanismo de compensação</b> habitual no que respeita aos respetivos serviços e se é utilizada uma metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.
<p>Todos os contratos celebrados com as empresas do setor público empresarial regional prestadoras de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas.</p> <p>Para que o montante da compensação não ultrapasse o necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações, nos contratos celebrados com as Administrações Portuárias Regionais, atual Portos dos Açores, SA, são estipuladas cláusulas que determinam as verbas globais atribuídas e a condição do montante da comparticipação financeira a atribuir ser proporcionalmente reduzido, caso a empresa beneficie de apoio suplementar de outras formas de financiamento.</p> <p>No caso da SATA Gestão de Aeródromos, SA, foram definidos os encargos e investimentos da responsabilidade da concedente e estipulado que a concessionária deverá apresentar, anualmente, um plano de exploração para o ano seguinte indicando os equipamentos, obras de conservação/ manutenção ou ampliação a realizar nos aeródromos necessárias ao seu normal funcionamento e desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos, o qual é previamente aprovado pela concessionária.</p>
<b>Medidas habituais destinadas a evitar eventuais sobrecompensações e respetivas modalidades de reembolso.</b>
<p>A Região Autónoma dos Açores realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.</p> <p>SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA</p> <p>A SATA – Gestão de Aeródromos, SA enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais tem a obrigação de apresentar, para aprovação da concedente, um plano de exploração para o ano seguinte, até ao final do mês de julho do ano anterior, indicando os equipamentos, as obras de conservação/manutenção/ampliação que pretende efetuar nos aeródromos concessionados, necessários ao seu normal desenvolvimento, bem como a sua</p>

calendarização e respetivos custos. Como contrapartida da prestação de serviços, a concessionária tem direito a receber as compensações financeiras estipuladas no Contrato.

Neste mesmo Contrato encontra-se estipulado que a SATA – Gestão de Aeródromos, SA assume os riscos da concessão, podendo, no entanto, haver lugar à reposição do equilíbrio financeiro, em casos de força maior por eventos imprevisíveis e irresistíveis exteriores à concessionária e que tenham um impacto direto negativo sobre a concessão ou em casos de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta, de que resulte substancial aumento de encargos. A reposição do equilíbrio financeiro da concessão será operada mediante a atribuição de uma compensação direta à concessionária pela concedente, devendo a concessionária notificar a concedente da ocorrência de qualquer evento que possa dar lugar à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, no prazo máximo de dez dias seguintes à sua ocorrência.

Das obrigações contratuais da SATA – Gestão de Aeródromos, SA, constam as de fornecer à concedente todos os elementos relativos à concessão que esta entenda dever solicitar-lhe e permitir o livre acesso das entidades fiscalizadoras, desde que devidamente identificadas a quaisquer instalações e equipamentos, dentro das áreas concessionadas.

PORTOS DOS AÇORES, SA

O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito dos contratos celebrados com a Portos dos Açores, S.A. e a sua adequação aos fins propostos exerce-se, nomeadamente, através da obrigação desta entidade de prestar a informação e os esclarecimentos que lhes for solicitado pela Região, com a periodicidade que esta entender conveniente, assim como de se submeter às avaliações e/ou auditorias realizadas pela Região ou por quem ela designar para o efeito.

A Portos dos Açores, SA, obriga-se, ainda, a elaborar e a enviar à Região relatórios intercalares anuais, bem como relatórios finais sobre a execução dos contratos.

Uma breve explicação da forma como estão a ser cumpridos os **requisitos de transparência** (ver artigo 7.º da Decisão SIEG de 2012) para os auxílios superiores a 15 milhões de EUR a empresas que também têm atividades fora do âmbito do SIEG. Na resposta, incluir também alguns exemplos relevantes de informações publicadas para o efeito (por exemplo, algumas ligações a sítios Web ou outras referências), indicar se existe um sítio Web central onde são publicadas estas informações para todas as medidas de auxílio em causa no seu Estado-Membro (e, em caso afirmativo, fornecer uma ligação para esse sítio Web) ou, em alternativa, explicar se e de que forma a publicação tem lugar ao nível de concessão do auxílio (por exemplo, nível central, regional ou local).

Os contratos são aprovados por Resolução do Conselho do Governo ou Despacho Conjunto dos membros do Governo que detêm as tutelas dos portos e das Finanças, publicadas no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (<https://jo.azores.gov.pt/>).

#### **Montante de auxílio concedido**

**Montante total do auxílio concedido (em milhões de EUR)<sup>2</sup>.** Inclui todos os auxílios concedidos no território português, nomeadamente os auxílios concedidos pelas autoridades regionais e locais. (A+B+C)

<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>13,99M€</b>	<b>27,76M€</b>

<sup>2</sup>Tal como estipulado no artigo 9.º, alínea b), da Decisão SIEG de 2012.

<b>A: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades centrais nacionais<sup>3</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>B: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades regionais<sup>4</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
Aeroportos: 3,99M€ Portos: 10,00M€	Aeroportos: 6,16M€ Portos: 21,60M€
<b>C: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades locais<sup>5</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Parte da despesa por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantias, etc.) (se disponível)</b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Subvenção direta:</b> Aeroportos: 3,99M€ Portos: 10,00M€	<b>Subvenção direta:</b> Aeroportos: 6,16M€ Portos: 21,60M€
<b>Informações quantitativas adicionais (por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio de auxílio, dimensão das empresas)<sup>6</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos aeroportos e portos são os cidadãos e empresas. A Portos dos Açores, SA, é uma pequena e média empresa com um efetivo médio de 277 trabalhadores. A SATA Gestão de Aeródromos, SA é uma pequena empresa com um efetivo médio de 26 trabalhadores.	Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos aeroportos e portos são os cidadãos e empresas. A Portos dos Açores, SA, é uma pequena e média empresa com um efetivo médio de 277 trabalhadores. A SATA Gestão de Aeródromos, SA é uma pequena empresa com um efetivo médio de 26 trabalhadores

<sup>3</sup>Se o montante de auxílio não puder ser repartido entre as autoridades centrais, regionais e locais, apenas deve ser comunicado o montante total do auxílio concedido para todas as autoridades.

<sup>4</sup>Ver nota de rodapé **Error! Bookmark not defined..**

<sup>5</sup>Ver nota de rodapé **Error! Bookmark not defined..**

<sup>6</sup>16 A Comissão gostaria de receber quaisquer dados existentes sobre os auxílios concedidos nos termos do Enquadramento SIEG de 2012, por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio do auxílio, montante por instrumento de auxílio, dimensão das empresas, etc. Se, no seu Estado-Membro, essas outras informações quantitativas não estiverem facilmente disponíveis, elas podem, obviamente, ser apresentadas de forma mais agregada e/ou por estimativa. Nesse caso, indicar que foram utilizadas estimativas e o tipo de agregação efetuada.

5) Compensações SIEG não superiores a um total anual de 15 milhões de EUR [artigo 2.º, n.º 1, alínea a)]

- a) Serviços postais
- b) Energia
- c) Recolha de resíduos
- d) Abastecimento de água
- e) Cultura

Secção 5. e) Cultura
Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro <sup>7</sup>
Contrato Programa entre a Região Autónoma dos Açores e o Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA.
Explicar as <b>formas de atribuição</b> (habituais). Anexar os modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, caso existam.
<p>Em 2020, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 38/2020 de 28 de fevereiro, foi autorizada a celebração de um contrato-programa, outorgado a 28 de fevereiro de 2020, entre a Região Autónoma dos Açores e a TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA, tendo por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a Região e a sociedade, com vista à concretização do plano anual de ações para o desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região.</p> <p>Em 2021, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 300/2021 de 28 de dezembro, foi autorizada a celebração de um contrato-programa, outorgado a 28 de dezembro de 2021, entre a Região Autónoma dos Açores e a TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA, um contrato-programa tendo por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a Região e a sociedade, com vista à concretização do plano anual de ações para o desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região</p>

<sup>7</sup>Se, no seu Estado-Membro, apenas houver um pequeno número de SIEG individuais num determinado setor, apresentar uma descrição pormenorizada desses serviços. Se, no seu Estado-Membro, houver um grande número de serviços atribuídos num setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições, embora continue a ser de importância crucial uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais. Atendendo a que os casos abrangidos pelo Enquadramento SIEG serão em número limitado, a Comissão espera uma descrição pormenorizada de cada medida concreta.

<b>Duração média da atribuição (em anos)</b> e proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos (em %) por setor. Especificar em que setores foram atribuídos SIEG com uma duração superior a 10 anos e explicar a forma como esta duração é justificada?	
Anualmente a região fixa, por despacho conjunto dos secretários regionais com competências nas áreas das finanças e da cultura, o montante das verbas a transferir para a concessionária. Para os anos de 2020 o Contrato-programa teve o valor de 825.000,00€ e 2021 o Contrato-programa teve o valor de 500.000,00€.	
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	
Não.	
Quais os <b>instrumentos de auxílio</b> utilizados (subvenções diretas, garantias, etc.)?	
Subvenções diretas no âmbito de Contrato-programa.	
<b>Mecanismo de compensação</b> habitual no que respeita aos respetivos serviços e se é utilizada uma metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	
A compensação financeira é efetuada através de Contrato-Programa, através da imputação de custos.	
<b>Medidas habituais destinadas a evitar eventuais sobrecompensações e respetivas modalidades de reembolso.</b>	
Das obrigações contratuais da TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA resultam deveres especiais de informação, nomeadamente elaborar e enviar à Região relatórios semestrais e um relatório final sobre a execução do contrato	
Uma breve explicação da forma como estão a ser cumpridos os <b>requisitos de transparência</b> (ver ponto 60 do Enquadramento SIEG de 2012). Na resposta, incluir também alguns exemplos relevantes de informações publicadas para o efeito (por exemplo, algumas ligações a sítios Web ou outras referências), indicar se existe um sítio Web central onde são publicadas estas informações para todas as medidas de auxílio em causa no seu Estado-Membro (e, em caso afirmativo, fornecer uma ligação para esse sítio Web) ou, em alternativa, explicar se e de que forma a publicação tem lugar ao nível de concessão do auxílio (por exemplo, nível central, regional ou local).	
<b>Montante de auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido (em milhões de EUR)<sup>8</sup>. Inclui todos os auxílios concedidos no território português, nomeadamente os auxílios concedidos pelas autoridades regionais e locais. (A+B+C)</b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>0,83M€</b>	<b>0,5M€</b>

<sup>8</sup>Tal como estipulado no ponto 62, alínea b), do Enquadramento SIEG de 2012.



<b>A: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades centrais nacionais<sup>9</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>B: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades regionais<sup>10</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>C: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades locais<sup>11</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Parte da despesa por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantias, etc.) (se disponível)</b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Informações quantitativas adicionais (por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio de auxílio, dimensão das empresas)<sup>12</sup></b>	
<b>2020</b>	<b>2021</b>

f) Serviços financeiros

g) Outros setores (especificar)

**Para cada um dos elementos acima referidos, facultar informações nos moldes do quadro seguinte:**

**Preencher também o ficheiro excel de resumo em anexo, «SGEI Decision 2020 2021», com os montantes totais por secção para todo o Estado-Membro (não por cada região, autoridade local ou município).**

<sup>9</sup>Se o montante de auxílio não puder ser repartido entre as autoridades centrais, regionais e locais, apenas deve ser comunicado o montante total do auxílio concedido para todas as autoridades.

<sup>10</sup>Ver nota de rodapé **Error! Bookmark not defined..**

<sup>11</sup>Ver nota de rodapé **Error! Bookmark not defined..**

<sup>12</sup>16 A Comissão gostaria de receber quaisquer dados existentes sobre os auxílios concedidos nos termos do Enquadramento SIEG de 2012, por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio do auxílio, montante por instrumento de auxílio, dimensão das empresas, etc. Se, no seu Estado-Membro, essas outras informações quantitativas não estiverem facilmente disponíveis, elas podem, obviamente, ser apresentadas de forma mais agregada e/ou por estimativa. Nesse caso, indicar que foram utilizadas estimativas e o tipo de agregação efetuada.

### **3. DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO SIEG DE 2012**

**Estruturar esta parte do relatório de acordo com as seguintes secções:**

Compensação SIEG superior a 15 milhões de EUR, não abrangida pela Decisão SIEG (especificar a decisão da Comissão que aprova cada medida, se aplicável):

- i. Serviços postais
- ii. Energia
- iii. Recolha de resíduos
- iv. Abastecimento de água
- v. Ligações aéreas ou marítimas com ilhas com um tráfego médio anual superior aos limites estabelecidos no artigo 2.º, n.º 1, alínea d)
- vi. Aeroportos e portos com um tráfego médio anual superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea e)
- vii. Cultura
- viii. Serviços financeiros
- ix. Outros setores (especificar)

### **4. DENÚNCIAS DE TERCEIROS INTERESSADOS**

Apresentar uma panorâmica das denúncias apresentadas por terceiros, em especial ações intentadas junto dos tribunais nacionais, no que se refere às medidas abrangidas pelo âmbito de aplicação da Decisão SIEG de 2012 ou do Enquadramento SIEG de 2012. Responder da forma o mais precisa possível e incluir o setor objeto de mais denúncias, respetivos conteúdos e seguimento eventualmente dado pelas autoridades portuguesas ou o resultado provável dos processos judiciais.

Não foram recebidas quaisquer queixas de terceiros interessados.

### **5. QUESTÕES DIVERSAS**

- a. Indicar se as autoridades portuguesas tiveram dificuldades na aplicação da Decisão SIEG de 2012, considerando, nomeadamente, as seguintes questões:

- elaboração de um ato de atribuição em conformidade com o artigo 4.º da Decisão SIEG;
- especificação do montante da compensação em conformidade com o artigo 5.º da Decisão SIEG;
- determinação do nível de lucro razoável em conformidade com artigo 5.º, n.os 5 a 8, da Decisão SIEG;
- controlo regular da sobrecompensação, tal como exigido pelo artigo 6.º da Decisão SIEG;

Responder da forma o mais precisa possível e incluir exemplos pertinentes e, se for caso disso, o setor onde as dificuldades são (mais) relevantes.

Nada a referir.

b. Indicar se as autoridades portuguesas tiveram dificuldades na aplicação do Enquadramento SIEG de 2012, considerando, nomeadamente, as seguintes questões:

- realização de uma consulta pública, em conformidade com o ponto 14 do Enquadramento SIEG;
- cumprimento das regras em matéria de contratos públicos, em conformidade com o ponto 19 do Enquadramento SIEG;
- determinação dos custos líquidos evitados, tal como exigido pelos pontos 25 a 27 do Enquadramento SIEG;
- determinação do nível de lucro razoável em consonância com os pontos 33 a 38 do Enquadramento SIEG;

Responder da forma o mais precisa possível e incluir exemplos pertinentes e, se for caso disso, o setor onde as dificuldades são (mais) relevantes.

Nada a referir.

c. Apresentar abaixo quaisquer outras observações sobre a aplicação da Decisão SIEG e do Enquadramento SIEG sobre outros aspetos para além dos abordados nas perguntas anteriores.

Nada a referir.

---

A Decisão SIEG no seu Estado-Membro		Montante total para todo o Estado-Membro	
		2020	2021
Artigo 2.º, n.º 1, alínea b)	Hospitais que prestam cuidados médicos, incluindo, se for caso disso, serviços de urgência		
Artigo 2.º, n.º 1, alínea c)	Cuidados de saúde e cuidados prolongados		
	Cuidados infantis		
	Acesso e reintegração no mercado de trabalho		
	Acesso e reintegração no mercado de trabalho		
	Alojamento social		
	Cuidados e inclusão social de grupos vulneráveis		
	Outros serviços sociais		
Artigo 2.º, n.º 1, alínea d)	Ligações aéreas ou marítimas		
Artigo 2.º, n. 1, alínea e)	Aeroportos e portos	€ 13.990.373,82	€ 27.755.255,69
Artigo 2.º, n.º 1, alínea a), menos de 15 milhões de EUR por ano	Serviços postais		
	Energia		
	Recolha de resíduos		
	Abastecimento de água		
	Cultura	€ 825.000,00	€ 500.000,00
	Serviços financeiros		
	Outros		

O Enquadramento SIEG no seu Estado-Membro	Montante total para todo o Estado-Membro	
	2020	2021
Serviços postais		
Energia		
Recolha de resíduos		
Abastecimento de água		
Ligações aéreas ou marítimas		
Aeroportos e portos		
Cultura		
Serviços financeiros		
Outros		